



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARRAPATEIRA  
CNPJ: 08.924.003/0001-23  
GABINETE DA PREFEITA

## LEI MUNICIPAL Nº. 296 DE 11 DE SETEMBRO DE 2018

*Dispõe sobre a regulamentação do Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde (PQA-VS) no âmbito do Município de Carrapateira e a utilização dos recursos transferidos pelo Ministério da Saúde, referentes ao respectivo programa, e dá outras providências.*

A Prefeita CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO de Carrapateira, Estado da Paraíba/PB, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, considerando o disposto na Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990; Portaria Nº 1.708, de 16 de agosto de 2013; os arts. 838 a 847 e Anexos XCVII a CI, da Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, e os arts. 475 a 483, da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sancionei a presente Lei:

Art. 1º Esta Lei regulamenta o Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde (PQA-VS), no âmbito do Município de Carrapateira, bem como suas regras de incentivo financeiro aos servidores integrantes da Vigilância Ambiental, Vigilância Sanitária e Vigilância Epidemiológica, incluindo o Setor de Imunização, que exercem atividade regular e diretamente relacionada às metas pactuadas para o Programa.

Art. 2º Fica estabelecido que os recursos repassados pelo Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Municipal de Saúde a título do referido Programa serão distribuídos da seguinte forma:

- I. 70% (setenta por cento) serão destinados aos servidores mencionados no art 1º, incluindo direção, gerência e apoio administrativo;
- II. 30% (trinta por cento) serão destinados a investimento e custeio na gestão do Sistema de Vigilância em Saúde Municipal.

Parágrafo único. Os recursos do Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde (PQA-VS) que, porventura, tenham sido creditados anteriormente à edição desta Lei, serão destinados na forma do estabelecido por esta norma.



Rua José Vieira, 57 - Centro – Carrapateira/PB –  
CEP:58945-000 - CNPJ: 08.924.003/0001-23 – Fone: (83)  
35531003 - E-mail: [prefeitura@carrapateira.pb.gov.br](mailto:prefeitura@carrapateira.pb.gov.br)  
Site Oficial: [www.carrapateira.pb.gov.br](http://www.carrapateira.pb.gov.br)



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARRAPATEIRA  
CNPJ: 08.924.003/0001-23  
GABINETE DA PREFEITA

Art. 3º O percentual dos repasses financeiros do PQA-VS destinados aos servidores mencionados no art. 1º ocorrerá através de incentivo financeiro, que terá natureza indenizatória, não se incorporará aos vencimentos do servidor, não integrará os proventos da aposentadoria, não servirá de cálculo para quaisquer outras vantagens e será creditado em até 60 (sessenta) dias contados a partir do crédito dos recursos do PQA-VS no Fundo Municipal de Saúde, considerando:

- I. Terão direito ao incentivo financeiro, único e exclusivamente, os servidores que compõem o quadro de servidores municipais ativos;
- II. Servidores efetivos da Secretaria Municipal de Saúde que, porventura, estão cedidos a outras instâncias da administração pública Federal, Estadual ou Municipal, não farão jus ao recebimento do incentivo financeiro;
- III. Os servidores terão direito ao incentivo financeiro, desde que alcancem as metas definidas pelo Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde;

Parágrafo único. O incentivo financeiro referido no caput será variável e pago mediante rateio igualitário do percentual estipulado no art. 2º, I, desta Lei.

Art. 4º Não terão direito ao incentivo previsto nesta Lei o servidor que:

- I. Obtiver 03(três) faltas ao serviço sem justificativa;
- II. Deixar de comparecer, sem justificativa as atividades educativas e de planejamento das ações, quando convocados pelo Secretário Municipal de Saúde e Coordenadores de equipe;
- III. Deixar de executar as atividades diárias e as ações pertinentes ao PQA-VS;
- IV. Praticar falta grave no exercício da lei profissional destinado a cada classe profissional, receberem qualquer advertência por escrito da chefia imediata quanto ao exercício irregular de suas atribuições;
- V. Não assinar o termo de compromisso do PQA-VS;

Parágrafo único: Caberá a Coordenação da Vigilância em Saúde, Epidemiológica, Ambiental e Sanitária a comunicação por escrito à Secretaria Municipal de Saúde e Setor de Recursos Humanos quando ocorrer situações descritas neste artigo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARRAPATEIRA  
CNPJ: 08.924.003/0001-23  
GABINETE DA PREFEITA

- Art. 5º O incentivo financeiro para os servidores, bem como o percentual destinado às demais ações, estarão condicionados à manutenção do Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde (PQA-VS) pelo Ministério da Saúde.
- Art. 6º O incentivo financeiro previsto nesta lei somente será pago se o Município de Carrapateira fizer jus ao recebimento dos valores fixados no PQA-VS em decorrência do preenchimento das metas previstas na Portaria Nº 1.708, de 16 de agosto de 2013, do Ministério da Saúde.
- Art. 7º Serão considerados investimentos de recurso proveniente do PQA-VS na Gestão do Sistema de Vigilância em Saúde Municipal:
- I. Recursos humanos:
    - a) Contratação de recursos humanos para desenvolver atividades na área de vigilância epidemiológica e vigilância ambiente;
    - b) Capacitações específicas com conteúdo da vigilância em saúde para todos os profissionais, inclusive os que desenvolvem atividades na rede assistencial;
    - c) Participação em seminários, congressos de saúde coletiva, epidemiologia, medicina tropical e outros onde sejam apresentados e discutidos temas relacionados à vigilância em saúde; e
    - d) Diárias para deslocamento de servidores de atividades inerentes à vigilância em saúde, bem como para participação em eventos ligados à área.
  - II. Serviços de terceiros:
    - a) Confecção e reprodução de material informativo educativo (folders, cartazes, cartilhas, faixas, banners, etc.) e técnico (manuais, guias de vigilância epidemiológica);
    - b) Pagamento de estadia, alimentação e locais para realização de capacitações, eventos e atividades da vigilância em saúde; e
    - c) Pagamento de assessorias, consultorias e horas-aula em ações de interesse da vigilância em saúde.
  - III. Material de consumo:
    - a) Isopor, termômetro, bobinas de gelo reciclável e outros insumos para rede de frio, conservação de imunobiológicos e amostras de laboratório de saúde pública;
    - b) Materiais, peças e outros insumos para atividades de laboratório de saúde pública;
    - c) Compra de equipamentos de proteção individual (EPI) para atividades de controle de vetores;

*MSP*



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARRAPATEIRA  
CNPJ: 08.924.003/0001-23  
GABINETE DA PREFEITA

- d) Reposição de peças para equipamentos de aspersão;
- e) Lâminas, lamínulas, estiletes e papel filtro;
- f) Material de escritório; e
- g) Pipetas, bolsa estéril para coleta de água.

IV. Equipamento/material permanente:

- a) Locação ou aquisição própria de veículos e utilitários, desde que uso exclusivamente destinado para apoio à execução das ações de vigilância em saúde;
- b) Equipamentos e mobiliários necessários para estruturar a vigilância em saúde municipal, como computadores, fax, aparelhos telefônicos, câmeras fotográficas, televisão, vídeo, máquina para fotocópia, projetos de multimídia, etc.;
- c) Aquisição e/ou assinatura de livros, periódicos e publicações na área de vigilância em saúde;
- d) Equipamentos para estruturar a rede de frio no município;
- e) Equipamento de aspersão de inseticidas; e
- f) Equipamentos para suporte laboratorial, como microscópios, centrífugas, pipetas automáticas, etc.

Art. 8º O Secretário Municipal de Saúde editará portaria regulamentando os aspectos operacionais de cumprimento desta Lei até 30 (trinta) dias úteis após a sua promulgação.

Art. 9º As despesas com a execução da presente Lei ocorrerão à conta dos recursos transferidos pelo Fundo Nacional de Saúde a título do Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde, ficando o chefe do Poder Executivo Municipal a, se necessário, mediante autorização legislativa prévia, realocar dotações orçamentárias, através dos instrumentos da transposição e da transferência de recursos de uma categoria de programação para outra em seu próprio orçamento.

Art. 10º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a revogado quaisquer outras disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Constitucional do Município de Carrapateira – PB, em 11 de setembro de 2018.

*Marineidia da Silva Pereira*

**MARINEIDIA DA SILVA PEREIRA**  
Prefeita Municipal



Rua José Vieira, 57 - Centro – Carrapateira/PB –  
CEP:58945-000 - CNPJ: 08.924.003/0001-23 – Fone: (83)  
35531003 - E-mail: [prefeitura@carrapateira.pb.gov.br](mailto:prefeitura@carrapateira.pb.gov.br)  
Site Oficial: [www.carrapateira.pb.gov.br](http://www.carrapateira.pb.gov.br)